

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE CADEIRANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Marisa Fernanda Leão da COSTA¹
Christianne Thatiana Ramos de SOUZA²

459

RESUMO: Este estudo investigou a acessibilidade na Universidade Federal do Pará considerando a experiência locomotora de uma aluna cadeirante desta instituição. Especificamente, identificou as principais barreiras físicas e arquitetônicas presentes no Campus Universitário do Guamá com base na aplicação das instruções normativas oficiais que tratam da acessibilidade. Participaram da pesquisa de campo, de cunho quanti-qualitativo, do tipo Estudo de Caso, 25 alunos, sendo uma cadeirante. Os resultados obtidos através de entrevista semi-estruturada, questionários e registros fotográficos, indicaram várias adaptações nos espaços de circulação do campus adequadas às normas de acessibilidade. Ao mesmo tempo em que existem barreiras físicas e arquitetônicas dificultando e/ou impedindo a mobilidade de cadeirantes. A análise destas condições sugere que não basta às pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, garantir o acesso às universidades, também é necessário dar-lhes condições de permanência. O total cumprimento das normas de acessibilidade é um dos fatores que viabiliza a inclusão no ensino superior com qualidade e dignidade.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Inclusão no Ensino Superior. Deficiência física.

Introdução

A liberdade de locomoção é garantida a todos como um direito universal, embora muitos estejam privados deste. Vários fatores dificultam ou inviabilizam a mobilidade dos indivíduos. Dentre estes, podem ser destacadas as deficiências físicas provocadas por comprometimentos provenientes de amputações, lesões medulares, lesões neurológicas, etc.; estados temporários de limitação física ou motora; além da inadequação das vias urbanas, transportes, prédios, etc. A impossibilidade de deslocar-se de forma autônoma provoca no sujeito prejuízos sociais, afetivos e intelectuais (BASIL, 2004).

No Brasil, de acordo com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (CEARÁ, 2007) apud Vieira et al (2009), cerca de 10 mil pessoas adquirem algum tipo de deficiência por mês. O Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de

¹ Graduanda em Pedagogia. UFPA - Universidade Federal do Pará. Faculdade de Educação. Belém – PA – Brasil. 66077-530 - marisa_leao90@yahoo.com.br.

² UFPA - Universidade Federal do Pará. Faculdade de Educação. Belém – PA – Brasil. 66077-530 - ctrsouza@gmail.com.

Geografia e Estatística (IBGE), revelou que aproximadamente 45 milhões de pessoas ou 23,9% da população brasileira possuem algum tipo de deficiência. Destas, cerca de 13 milhões apresenta deficiência motora, com diferentes graus de dificuldade. Estes números indicam a necessidade da urgente efetivação das políticas de acessibilidade em nosso país.

A acessibilidade é um tema que merece destaque por ser fundamental à inclusão de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, caracterizadas na Lei no. 10.098/2000, como tendo “temporária ou permanentemente [...] limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo” (BRASIL, 2000, p.1).

As pessoas com deficiência enfrentam inúmeras dificuldades sociais, econômicas, entre outras. As barreiras, principalmente físicas e arquitetônicas, estão presentes em suas próprias residências, nas áreas públicas, ambientes de trabalho, bem como nos espaços educacionais, incluindo as Instituições de Ensino Superior (IES). A acessibilidade é um dos principais fatores que rege a inter-relação entre a sociedade e indivíduos com deficiências (SANTOS, 2004).

Vários documentos nacionais que preveem normatizações para favorecer a acessibilidade têm sido propostos. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da NBR 9050 de 2004, estabelece normas para a acessibilidade de pessoas com deficiência em relação a edificações, espaços físicos, mobiliários e equipamentos urbanos. O Decreto nº. 3.298/1999 (BRASIL, 1999) que regulamenta a Lei no. 7.853/1989 (BRASIL, 1989), que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, também ampara a acessibilidade. A Lei nº. 10.098/2000, também conhecida como Lei de Acessibilidade, institui normas gerais e critérios básicos que vão desde a promoção da acessibilidade mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios até meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000).

A importância da acessibilidade como forma de garantir a autonomia de pessoas com dificuldades de locomoção e a atual discussão acerca da inclusão educacional de alunos com deficiência física, conduziram ao interesse de conhecer como está ocorrendo a mobilidade de cadeirantes nos espaços físicos das instituições de ensino superior.

A educação inclusiva foi oficialmente instituída na década de 1990. Em nível nacional, várias mudanças na Educação Básica decorrentes de políticas inclusivas têm sido registradas desde as duas últimas décadas do século XX. Entretanto, Sasaki (2000,

p.2) ressalta que “a preocupação das universidades em adaptar seus ambientes físicos tem sido tão tímida quanto à preocupação em adaptar o acesso ao currículo e em preparar os professores dos cursos superiores”.

A presença de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior é um desafio. O processo de construção de um espaço inclusivo na educação, qualquer que seja o seu nível, não se dá por meio de uma padronização, ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças.

Assim sendo, é necessário propor investigações sobre como está ocorrendo a adequação das universidades para incluir alunos cadeirantes, visto que a garantia de acessibilidade é fundamental para que estes possam participar das atividades acadêmicas e utilizar os serviços disponíveis no ensino superior com independência, preservando sua autonomia e dignidade.

Este estudo teve por objetivo geral investigar a acessibilidade na Universidade Federal do Pará considerando a experiência locomotora de uma aluna cadeirante desta instituição. Visando, especificamente, identificar as principais barreiras físicas e arquitetônicas presentes no campus com base na aplicação das instruções normativas oficiais que tratam da acessibilidade.

A pesquisa de campo foi desenvolvida na Universidade Federal do Pará (UFPA), no Campus Guamá, situado no Município de Belém. As informações foram coletadas através de entrevista semi-estruturada realizada com uma aluna cadeirante (AC), devidamente matriculada e cursando licenciatura. Também foram distribuídos 42 questionários para os colegas de turma de AC e somente 25 foram devolvidos. Além disso, foi feito o registro fotográfico dos prédios e vias públicas da instituição por onde AC circula com maior frequência.

As respostas dos alunos que devolveram os questionários apontaram inadequações verificadas nas vias, prédios e mobiliário disponíveis na universidade; e sugestões que podem melhorar a locomoção de cadeirantes nestes locais. A entrevista realizada com AC e os registros fotográficos possibilitaram conhecer as principais dificuldades de mobilidade tidas por cadeirantes no interior desta instituição.

Através do levantamento das barreiras físicas e arquitetônicas foram analisadas as condições de acessibilidade na UFPA, tomando como referencia a legislação normativa que orienta as adequações urbanísticas, de transporte, etc., nas instituições de ensino superior (Portaria no. 3.284/2003 (BRASIL, 2003); Lei nº 10.098/2000

(BRASIL, 2000); NBR 9050/2004 (ABNT, 2004)), a fim de discutir o modo como está ocorrendo a mobilidade de cadeirantes nesta instituição.

Acessibilidade na Universidade Federal do Pará: uma experiência em análise

As informações obtidas através dos questionários, entrevista e fotografias foram quantificadas e incluídas nas seguintes categorias: insuficiente adequação dos espaços físicos da universidade; dificuldades de locomoção encontradas pelo cadeirante; sugestões de melhoria na acessibilidade.

A partir de uma correlação entre as características de acessibilidade verificadas no campus Guamá e as adequações previstas nas normas técnicas, analisou-se a funcionalidade das adequações físicas e arquitetônicas já efetuadas nesta IES visando à inclusão de alunos cadeirantes.

a) Insuficiente adequação dos espaços físicos da universidade

Os 25 estudantes que responderam ao questionário afirmaram ter presenciado alguma situação em que barreiras físicas e arquitetônicas no campus prejudicaram a locomoção de cadeirantes.

A maioria enfatizou que as dependências utilizadas pelo curso que freqüentam não estão preparadas para atender às necessidades de AC. Dentre os principais problemas destacados estão: falta ou precariedade das rampas e dos elevadores disponíveis; vias de acesso externo (passarelas) esburacadas ou desniveladas; banheiros sem adaptação para deficientes; cadeiras utilizadas em sala de aula impróprias para uso por pessoas com dificuldades de locomoção.

A NBR 9050 (ABNT, 2004), torna obrigatória a execução de adaptações nos ambientes públicos ou privados para que pessoas que apresentam algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida possam se locomover livremente sem as chamadas barreiras arquitetônicas. Sendo estas definidas como obstáculos ao acesso, interno ou externo, existentes no meio urbano ou nos edifícios, que impedem ou dificultam a livre circulação das pessoas que sofrem de alguma incapacidade transitória ou permanente (EMMEL; CASTRO, 2003; LAMÔNICA et al., 2008).

Um passeio pelos principais lugares frequentados por AC no campus universitário revelou inúmeras inadequações que corroboram o que foi apontado pelos alunos. Muitas passarelas começam ou terminam em rampas com diferença de nível em relação ao calçamento. Algumas rampas estão quebradas ou com buracos que dificultam o acesso à calçada. Outras possuem obstáculos em uma das extremidades, como colunas ou vasos, que estreitam o espaço de passagem. Ressalta-se a ausência de rampas de acesso em algumas vias e o fato de nenhuma das rampas visualizadas possuir corrimão.

No que tange às edificações, alguns prédios não possuem elevador para deficientes, o acesso aos andares superiores é feito exclusivamente por escadas, conforme verificado em um dos blocos do instituto ao qual está vinculado o curso frequentado por AC. Existem locais que oferecem apenas elevador comum, não adaptado para pessoas com deficiência, como os que se situam na reitoria e no pavilhão de salas de aula onde estuda AC.

Destacam-se também as portas estreitas (largura inferior à exigida) que dão acesso às salas de aula, banheiros, salas de professores e outros espaços de movimentação de AC. O desnivelamento no piso das portas de entrada/saída da sala de aula. Além de balcões de atendimento que estão acima da altura total normatizada e não apresentam espaço livre para aproximação frontal de uma cadeira de rodas, a exemplo dos observados na biblioteca central e na sala da direção da faculdade na qual AC está matriculada.

Em relação ao mobiliário, verificou-se que a disposição deste pode dificultar a circulação do cadeirante. Nas salas de aula, embora existam muitas cadeiras, é possível movê-las para favorecer o acesso de AC a este local. Entretanto, na biblioteca setorial, o excesso de cadeiras e mesas associado ao pequeno espaço interno compromete a mobilidade de cadeirantes.

Todos os problemas identificados na UFPA são classificados pelo Manual de Acessibilidade da ABNT (2004) como obstáculos à autonomia locomotora de deficientes ou de pessoas com mobilidade reduzida. A presença destas barreiras denuncia a necessidade urgente de ajuste do espaço físico e arquitetônico às normas previstas em lei, visto que a Portaria nº 3.284/2003 condiciona a concessão de autorização, reconhecimento, credenciamento e renovação de instituições de ensino superior ao cumprimento dos requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

b) Dificuldades de locomoção encontradas pelo cadeirante

O relato de AC revelou insatisfações quanto à acessibilidade na UFPA. Uma de suas queixas trata da impossibilidade de locomover-se com independência pelo campus em virtude dos obstáculos encontrados nas vias e edificações: “[...] *para fazer o trajeto de um local para o outro eu preciso sempre estar acompanhada de alguém, porque as rampas não estão boas, às vezes tem locais que tem apenas um pedaço de rampa, as rampas são impróprias e não tem como trafegar aqui na UFPA sem ajuda*” (informação verbal).

De acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2004), os trajetos para as diversas áreas deverão estar livres de obstáculos para o acesso das pessoas que se utilizam de cadeira de rodas. O MEC ressalta que as IES devem atender as necessidades individuais dos universitários com deficiência física garantindo-lhes um espaço adaptado, livre de barreiras arquitetônicas e que favoreça o deslocamento entre as aulas (BRASIL, 1994).

As barreiras físicas comprometem a autonomia de pessoas que utilizam a cadeira de rodas para se locomover, limitando o acesso não somente aos prédios, mas também aos serviços oferecidos nestes. Em se tratando de uma instituição educacional, as dificuldades de locomoção podem provocar prejuízos para a aprendizagem e para o desenvolvimento de alunos cadeirantes.

AC referiu-se a extensão do campus e a distância entre os diferentes locais que ela precisa frequentar como um elemento que também dificulta sua mobilidade: “[...] *meu maior problema é a questão da locomoção, dos locais serem longe [...] como a biblioteca central, de ser um local fora do bloco.*” (informação verbal).

Rodrigues (2004) sugere uma reflexão sobre a quantidade de esforço exigido de pessoas com mobilidade reduzida para ter acesso à escola e aos espaços internos desta. Ele ressalta que o deslocamento feito entre as salas, muitas vezes distantes entre si, demanda um desempenho locomotor digno de um atleta, o que para muitos que possuem limitações motoras é inviável. Sendo esta, segundo o autor, mais uma situação que contribui para a desigualdade de oportunidades.

Inadequações no prédio onde funciona o instituto ao qual está vinculada, também foram destacadas por AC: “[...] *tá faltando o elevador, porque as coisas, tudo ficam lá em cima, ai pra mim subir para as salas de projeto de pesquisa, alguns auditórios, eu preciso de alguém pra me ajudar ou até mesmo me carregar [...]*” (informação verbal).

Evidencia-se aqui não apenas uma barreira física, mas também de acesso às informações e conhecimentos vinculados ao ambiente. AC estava inserida em um projeto de pesquisa e para participar das atividades desenvolvidas neste precisava frequentar referido prédio, pois parte do trabalho ocorria neste local.

Pereira (2006) considera inadmissível que alunos com deficiência enfrentem cotidianamente os obstáculos usualmente vivenciados nos espaços das instituições superiores, bem como as burocracias inconvenientemente estabelecidas, interferindo, muitas vezes, no processo de inclusão destes. Os alunos, independente de sua condição, têm o direito a um ambiente educacional que lhes possibilite a permanência e a conclusão de seus estudos com qualidade.

c) Sugestões de melhoria na acessibilidade

Quando solicitados a sugerir melhoria na acessibilidade do campus da UFPA, a maioria dos alunos julgou ser necessário instalar elevadores para deficientes e garantir seu funcionamento, além do conserto das rampas e sua manutenção em bom estado. Também foi destacada a obrigatoriedade no cumprimento, pela instituição, das normas técnicas de acessibilidade. Além disso, foi proposta a disponibilização de transporte adaptado às pessoas com deficiência e a capacitação dos cadeirantes para o uso de cadeiras motorizadas disponíveis na instituição.

Em relação ao transporte adaptado, AC ressalta que além da disponibilidade de ônibus adaptado é necessária a presença de um funcionário, além do motorista, que auxilie o cadeirante no acesso ao veículo “[...] pois, mesmo com o circular é preciso ajuda de uma pessoa porque enquanto o motorista controla a máquina pra subir, tem que ter uma pessoa pra segurar a cadeira pra não escorregar.” (informação verbal).

No que se refere à capacitação para o uso de cadeira de roda motorizada, AC afirma que “[...] a cadeira não me ajudou, porque eu não fui treinada para usar, eu não sei como manusear e por isso não uso, pois tenho medo de cair.” (informação verbal).

A cadeira de rodas motorizada foi adquirida pelo instituto ao qual AC está vinculada e disponibilizada para uso da aluna nas dependências do campus, visando melhorar sua locomoção. Entretanto, este equipamento não cumpriu sua função devido a não instrumentalização de AC para manusear a cadeira. A aluna não recebeu nenhum apoio técnico, oferecido pela instituição, para utilizar o equipamento. Também não foi

autorizada a levar a cadeira para sua residência para que pudesse treinar e aprender a usá-la, por se tratar de um equipamento institucional não poderia ser retirado dali.

Os dados apresentados evidenciam a necessidade de inúmeras melhorias no campus Guamá, da UFPA para atender à política de acessibilidade. Contudo, várias adaptações estão sendo efetivadas de acordo com as especificações da NBR 9050 (ABNT, 2004): instalação de elevadores para deficientes em algumas unidades; construção de banheiros adaptados; demarcação de vagas para deficientes em alguns estacionamentos, devidamente identificadas; rampas de acesso com rebaixamento de guias; ônibus circular adaptado.

A construção de um espaço acessível favorece a participação de todos os seus usuários em condições igualitárias (BITTENCOURT et al., 2004), embora a igualdade de oportunidades implique em uma distinção no tratamento dado às diferenças individuais (RODRIGUES, 2004). Portanto, cabe à universidade oferecer condições propícias à permanência de cada aluno nela matriculado de acordo com suas peculiaridades.

Considerações finais

A acessibilidade e a inclusão de alunos com deficiência física no ensino superior têm sido foco de pesquisas e discussões atuais. A preocupação com estas questões vincula-se a necessidade de garantir aos que possuem limitações locomotoras o acesso e a permanência, com qualidade, em cursos universitários.

O presente estudo mostrou que a Universidade Federal do Pará atende parcialmente às adequações propostas nas normas técnicas que tratam da acessibilidade nas edificações, mobiliário e equipamentos urbanos, transportes e demais espaços. Embora muito ainda precise ser feito para minimizar as barreiras físicas e arquitetônicas encontradas no campus do Guamá, várias adaptações estão sendo executadas, isto mostra o compromisso da instituição com o oferecimento de um espaço que permita a inclusão não apenas de alunos com deficiência física, mas também de pessoas idosas, mulheres grávidas, pessoas obesas, entre outros.

A inclusão no ensino superior demanda o reconhecimento da acessibilidade como um direito legitimamente atribuído a todos os indivíduos que compõe a sociedade. A construção de espaços universitários com reduzido número de barreiras exige um

maior reconhecimento da diversidade. Desta forma, é interessante pensar as adaptações como uma maneira de acolher as peculiaridades que constituem os indivíduos.

Pode-se considerar a acessibilidade como uma via de acesso à cidadania, que tem sido historicamente negada aos deficientes em geral. A inclusão deve ser vista como sinônimo de respeito por aqueles que apresentam algum tipo de necessidade especial. Uma vida digna só é possível quando se tem acesso aos serviços e espaços que atendam às necessidades básicas de cada um. Portanto, é imperativo exigir que a universidade faça sua parte, contribuindo para a superação das barreiras físicas e arquitetônicas e para uma mudança de atitudes em relação aos deficientes.

WHEELCHAIR ACCESSIBILITY AND INCLUSION IN THE UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

ABSTRACT: *This study investigated the accessibility in the Federal University of Pará considering its student locomotors' experience. Specifically, identified the main physical and architectonic barriers in the Campus of Guamá based on the application of normative instructions which treat about accessibility. Participated in the field research, which was quantitative and qualitative nature, as case study type, 25 students, one of them is a wheelchair. The results were obtained through semi-structured interview, questionnaires and photographic records which indicated several adaptations in the circulation spaces of the campus appropriate to accessibility standards. At the same time, it is noticed that physical and architectural barriers are hindering and / or preventing mobility of wheelchairs. The analysis of these conditions suggests that it is not enough people with physical disabilities or reduced mobility ensure their access to universities, it is also necessary to enable them to remain there. The full compliance of the accessibility standards is one of the factors that enable the inclusion in higher education with quality and dignity.*

KEYWORDS: *Accessibility. Inclusion in Higher Education. People with physical disabilities.*

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em:
<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_ge_nerico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2014.

BASIL, C. Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MACHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. p.215-233.

BITTENCOURT, L. S. et al. Acessibilidade e cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiências físicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Direitos/Direitos10.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 nov. 2003. Seção 1, p.12.

_____. Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

_____. Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 dez. 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Tendências e desafios da Educação especial**. Eunice M. L. Soriano de Alencar (Org.). Brasília, DF: MEC, 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002304.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2014. (Série Atualidades Pedagógicas, n.1).

_____. Lei no. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 out. 1989.

CEARÁ (Estado). Assembleia Legislativa. Projeto de indicação Nº 103/2007, de 23 de abril de 2007. Oriundo do projeto de lei 94/07. 2007. Institui o selo 'Empresa Inclusiva', em reconhecimento às iniciativas empresariais que favoreçam a integração das pessoas portadoras de necessidades especiais no âmbito do Estado do Ceará. **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**. Fortaleza, CE, 23 abr. 2007. Disponível em: http://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramit27/pl94_07.htm. Acesso em: 10 jun. 2008.

EMMEL, E. M. G; CASTRO, C. B. Barreiras arquitetônicas no campus universitário: o caso da UFSCAR. In: MARQUEZINI, M. C. et al. (Org.). **Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais**. v.9. Londrina: UEL, 2003. p.177-183.

LAMÔNICA, D. A. C. et al. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.14, n.2, p.177-188, mai./ago. 2008.

SANTOS, L. K. S. **Diretrizes de arquitetura e design para adaptação da habitação de interesse social ao cadeirante**. 2004. 228f. Dissertação (Mestrado em Construção Civil) – Pós-graduação em Construção Civil, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

PEREIRA, M. M. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino superior. **UNirevista**, São Leopoldo, RS, v.1, n.2, p.1-6, abr. 2006. Disponível em: <http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1208183558UNIrev_Pereira.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2014.

RODRIGUES, D. A Inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, n.23, p.1-5, 2004. Disponível em:<<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/01/a1.htm>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

VIEIRA T. B. et. al. A acessibilidade na Universidade Federal de Viçosa sob a perspectiva do cadeirante: um estudo de caso. In: WORKSHOP DE ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO, 4.; ENCONTRO MINEIRO DE ESTUDOS EM ERGONOMIA, 1., 2009, Viçosa. **Anais eletrônicos...** Viçosa: UFV, 2009. Disponível em: <<http://www.ded.ufv.br/workshop/docs/anais/2009/A%20ACESSIBILIDADE%20NA%20UNIVERSIDADE%20FEDERAL%20DE%20VI%20C3%87OSA%20SOB%20A%20PERSPECTIVA.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2013.